



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
INSTITUTO MENINO MIGUEL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS OU
DEPARTAMENTO DE LETRAS

MARIA APARECIDA DA SILVA

FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL DO SUAS:
PROMOVENDO VALORES SOCIAIS ATRAVÉS DA INCLUSÃO SOCIAL

RECIFE – PE
2023

MARIA APARECIDA DA SILVA

FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL DO SUAS:
PROMOVENDO VALORES SOCIAIS ATRAVÉS DA INCLUSÃO SOCIAL

Monografia apresenta ao Instituto Menino Miguel,
da Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito para a obtenção do título de
Especialista em Políticas Sociais/Especialista em
Gestão de Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Maximiliano Carneiro Da Cunha

RECIFE – PE
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586f

SILVA, MARIA APARECIDA DA
FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA
PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO SOCIAL DO SUAS: PROMOVEDO VALORES SOCIAIS ATRAVÉS DA
INCLUSÃO SOCIAL. / MARIA APARECIDA DA SILVA. - 2023.

42 f.

Orientador: Maximiliano Carneiro Da Cunha.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em
Gestão Pública, Recife, 2023.

1. Memorial . 2. Conceitual . 3. Pessoa com deficiência . 4. Autonomia.. I. Cunha, Maximiliano Carneiro Da,
orient. II. Título

CDD 350

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção de título de Bacharel em Gestão e Políticas Sociais. Qualquer citação atenderá as normas de ética científica.

Maria Aparecida da Silva

Monografia apresentada em: ____/____/____

Orientador: Prof. Maximiliano Carneiro da Cunha

1ª Examinadora Prof.^a Anabel Gudes Pessôa Nolasco

2ª Examinadora Prof.^a Raquel Uchôa

Coordenadora Prof.^a Valéria Gomes

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta um texto dissertativo sobre o memorial no período que inicia do ensino médio do início até a presente data. Inicia com uma breve apresentação seguido de tópicos, tendo como ponto de partida os maravilhosos 16 anos, desafios e conquistas na trajetória acadêmica que passeia nas experiências do período da graduação, ingresso no serviço público e a marcante vivência nos leitos integrados. A segunda parte disserta sobre as disciplinas da pós-graduação em gestão políticas sociais, ousei em registrar apenas as matérias e o que, pra mim, foi o que mais destacou, aulas maravilhosas, outras reflexivas, porém todas superiores em conhecimentos. O segundo capítulo faz menção ao conceitual, que contém o fundamento teórico que prepara para a terceira parte do TCC, o projeto de intervenção. A proposta interventiva que antes era um mero rascunho do fundo de uma gaveta da assistente social recém-formada e cheia de convicção, tomou corpo e nome e o seu objetivo principal é propagar a grande importância de atrair a pessoa com deficiência para o convívio no equipamento social, promovendo autonomia da família.

Palavras-chave: Memorial; conceitual; Pessoa com deficiência (PcD); Autonomia.

Ao meu Deus, se não fosse Ele não
teria chegado, sem Ele, não teria
nem começado.

SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

AEE: Atendimento Educacional Especializado;

APAMI: Associação de Proteção e Amparo Materno Infantil.;

CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social;

CRAS: Centro de Referência em Assistência Social;

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio;

EPT: Educação Profissional Tecnológica;

IFES: Instituto Federal do Espírito Santo;

LBI: Lei Brasileira de Inclusão;

LIBRAS: Língua Brasileira de Surdos;

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social;

MEC: Ministério da Educação;

MG: Minas Gerais;

NAMNI: Núcleo de Atenção Multiprofissional ao Neurodesenvolvimento Infantil;

PcD: Pessoa com Deficiência;

PNAS: Política Nacional de Assistência Social;

PSE: Proteção Social Especial;

PSB: Proteção Social Básica;

SASCJ: Secretaria de Assistência Social, Juventude e Cidadania;

SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

SUAS: Sistema Único de Assistência Social;

TCC : Trabalho de Conclusão de Curso;;

TFC: O Trabalho Final de Curso.

INDICE

RESUMO.....	4
1 INTRODUÇÃO.....	5
2 MEMORIAL.....	7
Parte I.....	7
Apresentação	7
2.1 Início de Tudo.....	7
2.2 Introdução Acadêmica.....	8
2.3 Ingresso no Serviço Público: a Experiência com os Leitos Integrados.....	9
2.4 Especialização em Educação Profissional.....	11
2.5 Área de Atuação	11
Parte II	12
2.6 Especialização em Gestão em Políticas Sociais	12
2.7 As disciplinas.....	13
2.8 Expectativas.....	17
3 CONCEITUAL.....	19
Apresentação	19
3.1 Relato sobre o documentário “o holocausto brasileiro”	19
3.2 Pessoa com deficiência: quem somos nós?	20
3.3 Conceituando para incluir.....	21
3.4 Participação Social	22
3.5 Promovendo valores através da inclusão na ação social: autonomia; desenvolvimento humano; qualidade de vida; equidade; democracia; cidadania e felicidade.....	23
3.6 Ação, Transformação e Inclusão Social	24
3.7 O trabalho social com as famílias no fortalecimento e promoção da autonomia	25
3.8 A Aplicação do Suas no Processo de Inclusão Social	26
3.9 Cidadania e as Políticas Sociais.....	26
4 PROJETO DE INTERVENÇÃO	28
4.1 Tema e Resumo	28
Resumo	28
4.2 Contextualização do projeto de intervenção.....	28
4.3 Justificativa.....	29
4.4 Objetivos.....	30
Objetivo Geral	30
Objetivos Específicos	31
4.5 Atividades.....	31
4.6 Metodologia.....	32

4.7 Cronograma de Atividades	33
4.8 Resultados Esperados	33
4.9 Avaliação	34
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 80, a exclusão social no ocidente ganhou notoriedade devido ao crescimento das desigualdades sociais, sendo apenas associado à pobreza e à situação de vulnerabilidade. Aproximadamente dez anos depois, esse significado foi se adequando com o surgimento de um novo cenário resultante da desqualificação social, na qual as minorias perdiam espaço a cada dia para exercer sua cidadania, sendo obrigadas a se adequar às condições desfavoráveis que lhe impunham limitações, já que as políticas de inclusão social – embora praticadas com mais veemência que antes – ainda eram muito insuficientes (SILVA, 2019). Apesar disso, o cenário atual mostra que muita coisa foi modificada. Leis, estatutos e regulamentações ausentes de segregação são apresentadas e praticadas, tornando o processo de cidadania mais inclusivo. Na verdade, o efeito que a inclusão social tem realizado é a equidade social no ambiente onde ele é introduzido.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como foco principal a pessoa com deficiência (PcD) e sua inclusão parcial dentro da nossa sociedade. E, embora bem atual, o tema do trabalho não foi tarefa fácil, uma vez que um dos fatores mais observados no dia a dia é casualidade que assuntos sobre a interação social da pessoa com deficiência é tratado. Lamentavelmente, nas discussões sobre o tema ou até mesmo na rotina diária, percebe-se que a militância pela causa é sempre relacionada e praticada por pessoas que vivenciam essa realidade no seio familiar. Por isso eleva-se a necessidade de provocar um debate e incentivar a implementação e inclusão de políticas públicas no protagonismo dessas pessoas.

É importante frisar que diante do tema escolhido, observou-se dificuldades de encontrar artigos acadêmicos para embasar teoricamente o texto. Isso não quer dizer que não exista literatura sobre o assunto. Ao contrário, há muitas referências a respeito da pessoa com deficiência. Porém, no geral e relacionado na promoção da autonomia através do fortalecimento dos vínculos familiares, foi difícil de fazer essa correlação no trabalho.

Diante das orientações, o trabalho foi elaborado e dividido em três partes. Em primeiro lugar, foi elaborado um Memorial que discorre desde o ensino a médio até a presente data. o relato é composto por lembranças e trechos, tanto da minha vida pessoal como da trajetória acadêmica e profissional, que deveras, não foi tarefa simples. Em seguida, uma parte voltada para um escopo Conceitual foi composta com o intuito de discorre sobre alguns conceitos teóricos e fragmentos das aulas da pós-graduação de Gestão em Políticas Sociais. Finalmente, o TCC culmina com um Projeto de Intervenção, cuja ideia surgiu na observação de uma prática

exitosa de um dado município, sendo então reformulado para realidade do município onde esse trabalho é delimitado e adaptado no âmbito do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Com o objetivo fortalecer os vínculos comunitários da pessoa com deficiência através dos valores promovidos com a inclusão social, vale ressaltar que a justificativa para elaboração do projeto, fora também, motivado no período da realização do TCC na Graduação em Serviço Social, que serviu de norte e que despertou o propósito de executar frente a pessoa com deficiência os efeitos da prática de tais valores.

2 MEMORIAL

Parte I

Essa primeira parte do memorial é composto de apresentação com as informações pessoais, seguido de alguns tópicos com descrição de acontecimentos iniciando aos meus 16 anos. Entre o ensino médio até o ingresso na graduação passaram-se um pouco mais de 18 anos, e essa janela ficará fechada, por não considerar relevante descrever sobre esse período. O relato segue com a iniciação acadêmica, ingresso no serviço público e a paixão pelo serviço social. A partir do ponto que trata da experiência com os leitos integrados é que evidencia a linha de pesquisa do projeto de intervenção e já finalizando esse capítulo, descrevo a especialização em educação profissional tecnológica e área de atuação.

Apresentação

Maria Aparecida da Silva, 42 anos, mãe, esposa e filha dedicada, graduada em Serviço Social em 2019 pela Universidade Estácio de Sá e especialista em Educação Profissional Tecnológica 2021 (EPT) pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Atuei como coordenadora no setor de Benefício Eventual e no momento estou à frente da pasta da Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social, Juventude e Cidadania da cidade de Vitória de Santo Antão.

No início de 2021, ingressei na especialização em Gestão de Políticas Sociais, curso ofertado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através do Departamento de Letras e do Instituto Menino Miguel, convênio celebrado entre a Fundação Apolônio Salles – Fadurpe e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco – SDSCJ e Programa Nacional de Capacitação (Capacita SUAS) do Ministério da Cidadania/Governo Federal (SIGAS PE).

2.1 Início de Tudo

Aos 16 anos, no ano de 1995, iniciei o ensino médio na Escola Estadual Professora Amélia Coelho e durante todo o período sempre me interessei pelas causas sociais. Participava de todas as atividades que a escola oferecia, tais como: grêmios estudantis, apresentação cultural, banda fanfarra, projetos e atividades extracurriculares. Porém, nunca conseguia finalizar minha participação. Algumas vezes por falta de condições dos meus pais em me manter em tais atividades, muito embora conseguisse finalizar um ou outro projeto, enfim, por

esforço da minha mãe que sempre se dedicou a nos oferecer uma educação como porta de entrada para a vida. E, apesar das dificuldades, as fantasias e sonhos daquela estudante superava os temores do futuro incerto.

Antes do término do ensino médio, já fazia planos para prestar o vestibular, que naquele tempo o acesso era muito difícil, pois se tratava de duas etapas, sendo a primeira de conhecimentos gerais e segunda, etapa contendo as temidas específicas do curso que já devia ser previamente escolhido. Diante desse ciclo, quem não tinha feito um curso preparatório tinha poucas ou nenhuma chance de passar, vantagem essa que nunca tive. Assim, por deixar esse pensamento se apropriar da minha mente, posterguei por anos o meu ingresso na faculdade.

Desde o colegial até a entrada na faculdade, 18 anos se passaram. Casei-me, fui mãe de duas meninas, a quem dediquei e dedico todas as minhas realizações e, através delas, a minha maior missão foi realizada: ser mãe. Fiz alguns cursos profissionalizantes para entrar no mercado de trabalho e o muito que alcancei foi trabalhar no comércio da minha cidade, não que me envergonhe de tal conquista, mas não era o que eu almejava. Durante os 18 anos, longe dos estudos, dedicou a cuidar da minha família inclusive na criação das minhas filhas, pois diante de valores adquiridos de acordo com os ensinamentos dos meus pais que dizia: a primeira infância é onde se constrói o caráter e personalidade da criança e a figura de pais presentes é um dos fatores que contribui para um desenvolvimento sadio, seguindo essa premissa, fielmente, assim o fiz.

2.2 Introdução Acadêmica

Aos 32 anos de idade decidi prestar o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) nas edições 2011, 2012, 2013 e 2014 e, diante da grande concorrência, o que consegui foi apenas curso técnico em radiologia na Universidade Mauricio de Nassau na Boa Vista em Recife. Todos os dias, percorria cerca de 60 km até a instituição de ensino. o transporte era cedido pela prefeitura aos estudantes do interior que estudavam na capital, de onde saíamos às 16h para só retornarmos às 23h. Como era cansativo! Esse traslado seguiu por dois anos e meio. Após concluir o curso técnico, saí em busca de emprego na área mas não consegui avançar. Foi frustrante e comecei a indagar de como seria interessante se existisse um programa de direcionamento dos estudantes recém-formados, seja em curso técnico, seja em curso superior, voltado ao mercado de trabalho.

Assim, a edição do ENEM de 2104 me deu a oportunidade de ingressar no curso em Serviço Social na Universidade Estácio de Sá, na Avenida Abdias de Carvalho (Recife-PE),

tendo como passaporte o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ao iniciar o curso, lembro-me que tentava demonstrar que aquilo não era novo para mim, pois a maioria dos alunos eram jovens, com idade abaixo dos 20 anos e minha preocupação era passar por algum constrangimento. No entanto, me sentia tão eufórica e radiante por dentro, pelo fato de ter conseguido, depois de tanto tempo, realizar minha tão sonhada graduação. Hoje, pensando em tudo isso, acredito que todos aqueles alunos perceberam minha “calourice tardia” e não o demonstraram por empatia, mas vai saber.

Preciso mencionar que antes de iniciar na universidade, tentei vários concursos públicos e em uma dessas tentativas, no ano de 2011, fui aprovada no concurso público para a prefeitura de Bezerros – PE, sendo alocada na Casa de Acolhimento como cuidadora social, no ano de 2015, e me apaixonei pelo serviço social. Comecei então a acompanhar de perto o trabalho das técnicas sociais que atuavam na instituição e decidi, de uma vez por todas, entrar na faculdade, especificamente no curso de serviço social.

Durante o tempo de graduação – que durou quase cinco anos de estudos, somado aos estágios curriculares obrigatórios – tudo era mais complicado. O tempo longe da sala de aula, a distância da minha residência para a faculdade, a organização do lar e acompanhamento das filhas adolescentes, entre outras ocupações tornaram difícil a adaptação à essa nova realidade. Em pouco tempo, minha vida deu uma volta de 360 graus, pois em um momento eu era apenas uma dona de casa comum e, de repente, tive que conciliar os cuidados de ser mãe, a rotina diária de um lar, o vínculo em outra cidade e, em meio a tudo isso, fazer uma graduação que exigia extrema dedicação. Tudo foi muito desafiante e, apesar de ter ingressado na faculdade depois dos trinta anos, que para alguns pareça tardio, para mim foi a hora certa e o momento oportuno, já que minhas percepções me diziam que tudo contribuía para indicar essa afirmativa.

2.3 Ingresso no Serviço Público: a Experiência com os Leitos Integrados

No ano de 2011 prestei concurso para o município de Bezerros - PE, e iniciei como cuidadora social na casa de Acolhimento institucional Carminha de Góes.

Serviço de acolhimento de crianças e adolescentes, integram os serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Orientação técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2009.

Aconteceu que recebemos um adolescente com um uma história de vida bem impactante, tanto para a equipe técnica como para as cuidadoras. O menino era diferente de

todos os perfis de adolescente que já tinham sido institucionalizados, com uma história de vida que trazia um histórico de muitas violações de direitos desde os seus 4 anos. Em alguns momentos tínhamos que socorrer ele para a unidade de saúde por conta das alterações de humor e, por não entendermos do que se tratava, julgávamos serem surtos. As intervenções realizadas não produziam resultados positivos e a frustração de toda equipe era geral.

Seguindo as orientações técnicas, após a acolhida, segui o fluxo do atendimento e acompanhamento do adolescente e assim foram realizados vários exames, especificamente os de imagem, que não indicaram alteração que comprovasse alguma deficiência neural. Isso foi necessário para compreendermos que o comportamento do adolescente era reflexo de uma vida de violação. Certa vez, ele demonstrou um comportamento bastante agressivo e desafiador e uma das intervenções realizadas com o menino foi o internamento no setor de leitos integrados de tratamento especializado. Esse hospital onde o adolescente ficou interno era localizado na cidade que eu morava.

O leito de atenção integral é modelo assistencial hospitalar, mas que tem em seu bojo a lógica do território e não a asilar, e quando acionados, ativam imediatamente a rede municipal à qual o sujeito pertence para ter a continuidade do cuidado, tendo como perspectiva o cuidado integral do sujeito e não a doença em si (BRASIL, 2012; Paes et al., 2013).

Assim, por disponibilidade, tive que acompanhá-lo durante este período. Foram 30 dias e um momento de muita aprendizagem e autodisciplina. Acredito que a partir daí, um olhar mais sensível sobre a importância da promoção no âmbito do SUAS para as pessoas com deficiência despertou em mim. Essa foi uma intervenção assertiva com o tratamento exitoso. A equipe de saúde proporcionou todo o suporte pós-internamento e hoje este jovem encontra-se em um lar adotivo e livre de toda medicação.

Durante a permanência no acompanhamento do adolescente no serviço hospitalar, tive bastante contato com a equipe de referência daquele setor de saúde, inclusive com a médica psiquiatra que era responsável pelo tratamento dos adolescentes com morbidades pelo uso ou não de substâncias psicoativas. Através desse vínculo construído com a doutora, consegui os dois últimos períodos de estágio curricular em sua clínica, no núcleo multiprofissional para acompanhamento terapêutico para crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Ao todo, foram três períodos de estágio comprobatório. O primeiro foi no CRAS São Pedro (Centro de Referência da Assistência Social), no município de Bezerros, onde compreendi sobre o trabalho social com as famílias acompanhadas pelo equipamento social, concessão de benefícios, serviços socioassistenciais, instrumentais e fluxo de atendimentos, os

quais trouxeram muito aprendizado, juntamente com a aproximação da realidade social dos usuários acompanhados. Em seguida, os dois últimos períodos de estágio na APAMI, (Associação de Proteção a Maternidade e a infância), no âmbito da garantia de direitos das famílias que eram atendidas pelo Núcleo Multiprofissional, que atuava na inclusão em programas de transferência de renda, direitos no atendimento especializado de acordo com as necessidades de cada paciente e acesso e locomoção ao serviço de saúde daqueles que não como chegar ao serviço.

Durante a vivência no campo de estágio, foi desenvolvido o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com linha de pesquisa no enfoque da importância trabalho do Serviço Social no NAMNI (Núcleo de Atenção Multiprofissional ao Neurodesenvolvimento Infantil). Foi durante a experiência de estágio na APAMI e com a vivência nos atendimentos as famílias que foram observadas que crianças e adolescentes não participavam da vida social em sociedade como deveria. Por essa razão, o TCC na graduação foi direcionado ao trabalho do serviço social naquela instituição. Logo após o término dos estudos, entrei com o processo de inscrição no conselho regional do serviço social e a busca da primeira oportunidade de trabalho. Candidatei-me a várias seleções simplificadas, mas por não ter experiência na área, nunca fui classificada.

2.4 Especialização em Educação Profissional

Em tempo, fui em busca de realizar cursos e capacitações e, através de pesquisas realizadas em site especializados, encontrei uma seleção para uma pós-graduação pelo MEC (Ministério da Educação). Em 2020 ingressei na especialização em Educação Profissional Tecnológica pelo IFES (Instituto Federal do Espírito Santo). O Trabalho Final de Curso (TFC) seguiu a mesma linha de pesquisa da graduação, só que agora no âmbito da educação. O trabalho Final do Curso da pós-graduação em Educação Profissional Tecnológica, norteadada através de uma aula prática com os alunos com deficiência, provocou o contato dos demais alunos sobre a língua brasileira de Surdos (LIBRAS). Nessa experiência adquiri conhecimentos significativos sobre a comunidade surda do Brasil.

2.5 Área de Atuação

Seguindo o objetivo de atuar na área em que me dediquei por quase cinco anos, mas sem experiência de trabalho, tive poucas chances. Entretanto, em 2021 por ocasião da troca de gestão na cidade em residido, enxerguei a oportunidade de conseguir o primeiro emprego como assistente social. Atualizei o currículo, entrei em contato com algumas pessoas e fiquei alerta.

Foi então que recebi um telefonema da minha preceptora de estágio na APAMI, avisando que tinha me indicado para trabalhar no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) da cidade de Vitória de Santo Antão. Em seguida me vi trabalhando na gestão de Benefício Eventual da SASJC (Secretaria de Assistência Social, Juventude e Cidadania), onde desenvolvia as seguintes atribuições: elaboração, discussão e socialização de fluxos; leitura de relatórios; organização junto ao financeiro da oferta dos benefícios eventuais; elaboração de relatórios gerenciais; viabilidade da logística de recebimento dos benefícios nos serviços; monitoramento dos recibos e relatórios dos serviços no que tange aos Benefícios Eventuais; reuniões periódicas nos equipamentos sociais, entre outras, e atualmente faço parte do quadro de servidores como Diretora da Proteção Social Especial. Meu ingresso da Assistência Social foi inverso, já que comecei pela gestão sem nunca ter atuado na ponta. Nesse momento pensei: preciso me especializar.

Parte II

Esse trecho do TCC é dedicado à especialização em Gestão em Políticas Sociais, como se deu o processo de ingresso e as observações realizadas em todo o curso. Alguma disciplina pode ser mais comentada que outras, mas isso não determina a importância ou o nível de contribuição na minha vida, seja pessoal ou profissional. Ao todo, foram 9 disciplinas ministradas por professores que souberam, com maestria, transferir a cada um de nós, meros alunos (as), toda a riqueza de conhecimento nos últimos meses.

2.6 Especialização em Gestão em Políticas Sociais

Sempre busquei realizar cursos e através do capacitaSUAS tive conhecimento do curso de especialização em Gestão de Políticas Sociais, pelo Instituto Menino Miguel da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Embarquei em mais desafios e o primeiro foi concorrer com pessoas de todo o Estado de Pernambuco por uma vaga. Sendo assim, juntei minhas anotações e sonhos, copilei, enviei e fui selecionada. O processo de ingresso iniciou-se com uma inscrição on-line, o envio de um projeto de intervenção, uma carta de apresentação e os documentos necessários. No acompanhamento do processo, fiquei surpresa com o quantitativo mínimo de inscrito que, apesar de tudo, foi para mim um alívio, por considerar que menos candidatos, menos concorrência. Ao sair o resultado, fui selecionada e fiquei de sobremaneira muito feliz. O curso começou de forma primorosa. Tivemos ao todo 9 disciplinas

e todas as aulas e encontros foram motivadores e instigantes para descobrir conceitos e teorias tão bem explicitadas pelos docentes no decorrer de todo o ano de 2022.

2.7 As disciplinas

Como metodologia na disciplina **Políticas Sociais e Direitos Humanos**, o professor Hugo incentivou a descrever as aulas no olhar único de cada discente e assim o fizemos. De início, o professor nos trouxe uma perspectiva, conceituando os Direitos Humanos segundo a Organização das Nações Unidas, como sendo uma garantida fundamental e universal, assim como os fundamentos dos direitos humanos. A compreensão de que a política econômica Neoliberalista, atualmente praticada no nosso país, impede a expansão da garantia de direitos humanos diante da contenção da expansão do estado de bem-estar. Refletimos sobre os povos originários, que diante da crescente exploração das terras indígenas dificulta o reconhecimento do direito social, dos costumes, línguas, crenças e tradições, assim violando direitos humanos. Motivou-nos a refletir sobre o consciente e o inconsciente, pois segundo a discursão em sala de aula, no campo do inconsciente não existe os direitos humanos. Por isso, o consciente deve ser trabalhado para contrapor sentimentos e emoções que são regidos pela fera (inconsciente) que em nós habita.

A partir do discurso hegemônico sobre os direitos humanos, trouxe-nos como exemplo figuras públicas que através de sua arte, protestam contra a sociedade patriarcal, machista e hipócrita, na defesa de uma sociedade livre das injustiças e ao mesmo tempo condena atitudes, da mesma sociedade, contrariando suas crenças e valores. Reacendeu o conceito de que direitos humanos é o princípio da liberdade, em que a questão não é quem defende, mas quem escolhe e ter escolha é ter liberdade. Nisto consiste o respeito às escolhas do outro, isso é garantir o direito de ser o que quiser ser. Embora o fundamentalismo, que acredita na obediência rigorosa, e por que não dizer, no controle em qualquer instância da vida humana, de minorias são as mais atacadas, assim impõe valores que forma subjetiva. Nas reflexões provocadas pelo professor Hugo, havia o entendimento de que é muito comum encontrarmos raízes fundamentalistas nas falas de pseudo defensores de direitos humanos. Contudo, a questão central é que para elaborar políticas públicas eficazes, considerando o direito do outro, se faz necessário conhecer o cotidiano e debater sobre temas originais, sem prejulgamentos.

A disciplina **Metodologia de Pesquisa** trouxe à memória o tempo da graduação, temas sempre tão atuais e necessários, explicando que o domínio de técnicas é primordial para se ter uma gestão bem-sucedida. Nesta disciplina, o tema central foi o TCC, metodologias, pesquisas,

monitoramento, foi realizado uma reavaliação do pré-projeto, que serviu de critérios para o egresso na especialização. Foi então que entendemos como seria a estrutura do TCC, que até então pensávamos que era apenas o projeto de intervenção. Essas orientações serviram para despertar a iniciar a construção do trabalho de conclusão de curso. A indicação do diário de pesquisa, realizando as anotações, que embora é uma prática comum de pesquisadores, mas que para nós profissionais, passa despercebido. O ponto central das aulas sempre voltado para a elaboração do projeto, momentos ricos de informações através dos textos sugeridos e de aprendizado e esclarecimento de dúvidas.

A disciplina **Estado e Políticas Públicas** foi compartilhada com a especialização em políticas Sociais, que discorreu entre o estudo das políticas públicas, ação governamental e os processos políticos. Conhecemos os coordenadores pedagógicos do curso e alguns professores e algumas autoridades locais, isso nos trouxe uma motivação fora do comum, como um sentimento de valorização e importância deste projeto maravilhoso. A professora Gabriela realmente nos instiga a refletir, com aulas provocativas que sempre deixava um gostinho de pesquisar e conhecer mais sobre os assuntos trazidos nas aulas. O conteúdo da disciplina começou com o professor Paulo Januzzi, sobre políticas sociais no Brasil e foi bem interessante porque reforçou a nossa percepção de que as políticas públicas estão presente em todo no nosso cotidiano. A concepção de que política pública é porta de entrada foi desconstruída com o conceito de que são porta de saída na perspectiva de direito e não de ajuda ou favores. Contudo, a questão central é que para elaborar políticas públicas eficazes, considerando o direito do outro, se faz necessário conhecer o cotidiano e debater sobre temas originais, sem prejulgamentos. E, ao invés de reconhecer as políticas públicas como uma ação que resulta na solução de um problema, que não é um conceito errôneo, mas observar que além de resolver situações, elas servem mais para prevenir, embora essa seja subvalorizada (Guias de Políticas Públicas: gerenciamento e processo. Pag15).

Com a disciplina **Participação, Controle e Gestão Social**, pudemos entender os conceitos do que estamos escrevendo é essencial, pois é importante entender que a participação social é entendida como um espaço de representação da sociedade, onde se articulam diferentes sujeitos (MARLUCE et al, 2003, p. 377). Estes dialogam com o conceito de controle social, que agora traz um entendimento de fiscalizar, e de gestão social, ou seja, de como a inserção do poder de decisão da sociedade na participação governamental. Após entender tais conceitos debatemos sobre a produção do TCC e a conexão com as disciplinas. O interessante é que, quase nunca encontrei correlação entre os debates em aula com o tema do meu projeto. Porém,

depois de refletir e estudar, foi considerado que tudo tinha conexão. Como pensar em inclusão social sem participação social? Como elaborar políticas públicas sem entender a participação do coletivo de maior interesse, o público-alvo? São práticas que legitimam a atuação da assistência social na elaboração de políticas públicas.

Monitoramento e Avaliação é uma área que exige a mobilização de outras áreas, pois é necessário ter uma diversidade de conhecimento para compreender o funcionamento desse processo. O monitoramento é uma fase da avaliação, porque alimenta a avaliação, ou ele pode ser um elemento da política pública, já a avaliação é um ciclo, está no começo, mas também está no final, e em muitos casos são concomitantes. Devemos levar em conta que os indicadores não são permanentes, sempre são variáveis. Isso na política de assistência social hoje temos um cenário e em pouco tempo o cenário já é outro. Por isso encontramos uma certa resistência, pois ela pode ser entendida como julgamento e não como auxílio a mudança. No decorrer da disciplina a professora Gabriela elaborou uma atividade que deu uma dinâmica na aula, onde separou os grupos de alunos. Estudamos sobre um tema e depois apresentamos, no formato de seminário, o que foi bem estimulante e fugiu do normal. Essa metodologia foi bem aceita pelos discentes e que nos levou para uma sala de aula presencial mesmo estamos síncronos.

Em **Políticas De Segurança e Desenvolvimento Social**, iniciamos a aula com o fortalecimento da importância da capacitação e especialização dos profissionais do SUAS, ressaltando a troca de saberes entre os alunos pertencentes nos vários setores de atuação. Após a apresentação do professor e suas experiências, seguiu-se a dos alunos e da disciplina. O texto recomendado, intitulado **O legado da economia política clássica**, foi explanado duas questões sobre o *Welfare States*, estado de bem-estar social, ampliando a discussão entre o neoliberalismo versus democracia e onde nos encontramos nesse ringue, embora reconhecer que o verdadeiro papel da sociedade não é apenas o consumismo tão pouco promover a visão igualitária, mas sim acreditar na luta de classes em que todos estão em busca do mesmo objetivo. O constante debate e provocações em torno do tema da aula sempre motivou a reflexão, na qual alguns discentes comentam mais que outros até por maior conhecimento de causa, que ampliou o conhecimento e a troca de saber. É nítido reconhecer que tivemos várias evoluções no que se refere aos processos de trabalho na política de bem-estar social no Brasil, embora situações retrógradas como a declaração de pobreza que em alguns setores ainda são utilizados como comprovação para ter acesso a direitos garantidos em lei. Como sugestão para o último encontro, o compartilhamento com a turma de políticas públicas, promovendo a interação social entre os discentes.

Em continuidade, no terceiro encontro foi discutido o modelo mais atraente de *Welfare States*, dos três tipos já apresentados e que seria o tipo do social-democrata, pois abrange atender a todas as classes, sem privilegiar algumas como os demais. Foi defendida a tese de que temos um Estado de bem-estar social, por sinal robusto, baseado na ideia de um estado protetor, não o ideal, como o modelo europeu, mas diante da nossa realidade social, que luta para desconstruir de que a política pública não é feita para “pobres”, mas para a sociedade, o que remete mais uma vez à divisão de classes.

No decorrer da disciplina as dificuldades surgem no que tangem ao desempenho individual, as barreiras que cada discente enfrenta na análise do texto, pois a metodologia do curso exige um perfil autodidata que, na maioria das vezes, o tempo não permite. Os debates sempre foram em concordância com as aulas, embora acontecesse algum momento das postagens das aulas e textos divergiam ao debate, que provocava uma leitura e autoavaliação no rumo em que a disciplina propõe, o que nos instiga que tudo contribui para o conhecimento, quando utilizamos da forma correta. O intervalo dos encontros dificultava um maior estímulo de aprofundar na disciplina com mais afinco. Algo que me chama atenção, não só nessa disciplina, mas na especialização em geral, foi a falta de discussão sobre a política de inclusão da pessoa com deficiência.

Em **Política Estadual da Assistência Social**, conhecer e entender o papel do Estado na política de assistência social foi a fala unânime entre os colegas, além da importância de dar materialidade, tomando como referência a política estadual. Não tomar a política como textos ou normativas, mas refletir como o fazer política partir dos conflitos. As aulas foram percorridas numa entre vídeos e reflexões, também textos interessantíssimos que a cada encontro nos provocava a refletir sobre o lugar do profissional do SUAS, diante atuação mecanizada e imediatista que nos é imposta.

Um dos textos que se destacou nas aulas de **Gestão Estratégica** do professor Humberto, foi de autoria de Sabrina Angélica Carneiro de Oliveira “O planejamento estratégico como ferramenta na Política de Assistência Social no município de Ouro Preto/MG”, que explicava a importância do planejamento estratégico para o aprimoramento da gestão naquele município. A leitura contribuiu para a construção do TCC, concretizando o objetivo do projeto de intervenção baseado no art. IV –LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social que trata da habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária. Contudo foi compreendido que para a elaboração de um projeto ou programa ser exitoso depende de um planejamento estratégico, sabendo que o uso de tal ferramenta

possibilita um resultado mais dinâmico, efetivo e qualificado e ainda a alternativa de avaliar e reavaliar quantas vezes for preciso.

Uma das disciplinas que deixou um gostinho de quero mais foi **Desigualdades, Políticas Sociais e Cidadania**, cuja abordagem e a metodologia aplicada pelo professor Rogério foram simplesmente cativantes, trouxe teorias e conceitos de forma leve, pragmática mas sem ser tediosa. Foram 5 encontros com atividades propostas em cima do que foi discutido. A especialização em Gestão em políticas sociais tem sido uma das experiências mais marcante de toda minha vida. Voltando uns 30 anos, jamais imaginaria está no lugar onde me encontro. Escrevendo sobre minhas memórias, percebo o desafio de resumir em linhas, história de uma vida. Limitei a escrever nessas folhas o que poderia dar significado ao momento atual, uma breve apresentação, graduação, ingresso no serviço público, especialização em EPT, área de atuação e enfim a especialização em Gestão em Política Sociais, comentando sobre as 9 disciplinas do curso. Cada momento vivido, cada obstáculo superado e até aqueles que não foram conquistados, são pedras na construção de um castelo maior. Grata a Deus por tudo.

2.8 Expectativas

Enxergo a expectativa como uma linha tênue entre sonho e realidade. Então, até que ponto deixa de ser anseio para se tornar uma possibilidade? Basta depositá-la em algo realizável. E como isso é difícil. Aos 42 anos diante de tudo que já alcancei, vivo os dias como oportunidades única, pelo ponto de vista que, o ontem jamais se repetirá. Não seguindo o caminho do ceticismo, e correndo o risco de ser considerada pessimista, não vislumbro algo maior do que o tamanho que meus braços possam abraçar. Desejo melhorar como pessoa, para isso, é preciso aprimorar no crescimento interior, ou a frustração acompanhará cada resultado. Se almejo crescer profissionalmente, estudo me atualizo e realizo.

Baseando-se no que foi dito, vou elencar algumas perspectivas. Na vida pessoal, dedicar mais horas para agradecer a Deus pelo dom da vida dedicando maior tempo e prioridade, alcançar sempre os níveis mais altos de serenidade ao ponto de entender que algumas coisas não posso modificar e coragem o bastante para aceita-las, ter uma vida menos sedentária, aproveitar o máximo de tempo com minha família, os filhos das minhas filhas seguindo nos caminhos de acordo com valores fundamentados no respeito e na honestidade e por último e não menos importante, cuidar melhor da saúde física e mental, sabendo que o relógio cronológico não respeita expectativas de ninguém.

Na vida profissional, embora bem realizada onde me encontro hoje, desejo conhecer outros caminhos e explorar as diversas áreas do serviço social, em específico mestrado e jurídico. A saber que no jurídico vai exigir de mim mais dedicação aos estudos, pois pelo que observo o processo de ingresso é, em sua maioria, por concurso público, enquanto que o mestrado é pensando mais no aperfeiçoamento do conhecimento, seja aplicado para o mercado de trabalho ou ensino e pesquisa. Enfim, construir meus degraus e conseguir subir neles, um de cada vez.

3 CONCEITUAL

Apresentação

O presente capítulo, intitulado conceitual, traz as teorias discutidas em sala de aula e os autores que serviram de referência para os conceitos apresentados nesse TCC. Inicialmente, gostaria de relatar sobre um documentário sugerido pelo professor Hugo, intitulado "Hospício" Hospital Asilo em Minas Gerais, que retrata uma das mais tristes e vergonhosas histórias de segregação e extermínio de pessoas com deficiência em nosso país. Esse documentário aborda assuntos relacionados à pessoa com deficiência e desperta uma série de sentimentos difíceis de descrever, como a insensibilidade do passado em relação ao cuidado e inclusão dessas pessoas.

Em seguida, é apresentada a definição do termo PcD, descrito na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. O terceiro ponto aborda a inclusão e a questão social sob a perspectiva de Yamamoto e outros autores. Posteriormente, são expostos os valores promovidos pela inclusão social, destacando que é com base nesses valores que as atividades do projeto de intervenção foram desenvolvidas. Também é apresentada uma pequena contribuição sobre a participação social, seguida de uma análise da literatura weberiana na ação social, do trabalho social com as famílias e da aplicação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nesse processo

3.1 Relato sobre o documentário “o holocausto brasileiro”

Conta-se que antigamente havia um sanatório (um SPA de luxo), considerado local de tratamento, onde os talheres eram de prata e o cardápio requintado era em francês. Depois de ser adquirido pelo governo de Minas Gerais, ele se tornou um depósito de pessoas. Lá, as pessoas morriam de fome, os materiais de enfermagem eram compartilhados e os pacientes eram forçados a tomar remédios por meio de ameaças. Nem todos os internos tinham algum comprometimento mental, mas eram levados para o Hospital Colônia devido a algum comportamento atípico, e lá eram submetidos a tratamentos não convencionais, a fim de controlar suas emoções. O local era considerado repugnante, as impressões eram as piores, tudo era repulsivo: o cheiro, a aparência, e assim por diante.

Uma frase dita pela autora do livro em seu relato: “Herança que nos envergonha” (ARBEX, 2013) nos traz a uma reflexão, pois da mesma forma que faziam com os adultos, iniciaram com as crianças, assim que o hospital infantil foi fechado, os infantes eram enviados a esse hospital pelos familiares, ou quando não, eram abandonados para viverem a própria sorte,

assim também recolhidos e deixados no hospital Colônia sem considerar especificidade ou faixa etária.

As lembranças dos que sobreviveram são as mais dolorosas, da fome, das enormes agulhas, dos muitos insetos pelo corpo na hora de dormir, e mesmo assim aqueles que sobreviveram diz ter saudades da família. Muitos se destacavam com suas habilidades, recebiam uma função, porém trabalhavam sem remuneração, tinham alguns funcionários levavam alguns pacientes para sua casa para fazerem serviços de alvenaria e limpeza. E quando faleciam seus corpos, caso não fossem reclamados pelos familiares, eram vendidas as universidades para servirem de estudos aos alunos de medicina, ou eram sepultados em terreno separado, cemitério reservado para enterrar suicidas, negros e loucos por ser considerada a margem da sociedade e indignos. Foram mais de 1.800 corpos vendidos para cerca de 17 faculdades. Quase oito décadas de violação de direito. De quem era a culpa? O pequeno resumo não apresenta nem 10 por cento do que o documentário apresenta, e trazendo para o contexto dessa disciplina, é inconcebível caracterizar como política pública, e sim uma forma de resolver (livrar) o “problema”. Pessoas vivendo de forma sub-humana. Após a reforma psiquiátrica, foram abolidos todos os sanatórios, alguns pacientes foram encaminhados para instituições de acolhimento, agora com uma roupagem de humanização, meio que aparente, outros voltaram para o seio familiar e tiveram que conviver com a segregação de uma sociedade que aos poucos reaprendia a viver e praticar a dignidade no coletivo.

3.2 Pessoa com deficiência: quem somos nós?

Entre alguns conceitos de Pessoa com Deficiência, encontramos a definição de acordo com o Art.º 2 da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão - LBI) que diz:

Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (auditiva ou visual) o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (AMATO, 2002, p. 212).

Entretanto, na perspectiva social, é fácil compreender que a deficiência não é algo que se encerra no corpo dos indivíduos como impedimento, mas uma questão a ser abordada por toda sociedade e que mediante as situações impostas ou criadas como barreiras, prejudicam a liberdade de exercer os direitos de pessoas com limitações funcionais. Isso nos vai entender que a verdadeira inclusão requer uma política de implementação de medidas sistêmicas e estruturada que sejam capazes de garantir que pessoa com diferentes especificidades possam

desempenhar suas funções e participar da vida em sociedade sem nenhum risco de segregação, isso inclui o reconhecimento de que a pessoa com deficiência deve ser considerada pelo seu potencial e competência e não pelo seu tipo de deficiência.

3.3 Conceituando para incluir

Consolidado pela lei 12.435/2011, o Sistema único de Assistência Social – SUAS foi instituído em 2005, resultado da deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003 (BRASILIA, 2009). É um sistema de gestão e organização, descentralizado e participativo do conteúdo da assistência social no âmbito da proteção social no Brasil. Antes do SUAS as ações e programas eram efetuadas sem nenhum padrão técnico e longe da realidade da população nem tinha o controle social que era quase inexistente. Com a Constituição de 1988 e sua regulamentação com Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS a atuação da inclusão da política social no tripé da seguridade social começou a ser estruturada nos termos legal e conceitual, saindo de um modelo assistencial para uma política de garantia de direito. No SUAS, serviços, programas, projetos e benefícios são organizados tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades (BRASILIA, 2009), ainda, estabelece uma organização de ações de acordo com a complexidade dos serviços, a saber, a proteção social básica (PSB) que visa a prevenção de situação de risco e a proteção social especial (PSE) que atua diretamente ligado no sistema da garantia dos direitos das famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social.

Como definir questão social? “A questão social” expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, característico étnico racial e formações regionais colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2012. pg.16). Em decorrência das questões sociais, que segundo a mesma autora é o objeto de trabalho no serviço social, é delas que surgem as ameaças a luta de classes, sob o ângulo do poder (2012. P. 162 Apud Neto1992;2002). Para entender o que isso significa teríamos que ter a imagem de uma sociedade perfeita (SILVA, 2019) só assim compreenderíamos as verdadeiras expressões da questão social, que vai além do conflito capital-trabalho mais que engloba várias expressões, como: pobreza, violação de direito, violência, discriminação de raça, gênero, etnia, orientação sexual, precariedade de trabalho, a falta ou a dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia etc. Quando a questão social incide diretamente nas desigualdades, encontramos espaço para debater sobre a inclusão social. Mas, afinal de contas o que é inclusão

social? Diferentemente do conceito de acessibilidade, inclusão social é o conjunto de ações ou medidas que servem para integrar as pessoas de forma igualitária já a acessibilidade trabalha as ferramentas para o uso autônomo da pessoa com deficiência. Ao pesquisar um conceito que se adaptasse ao tema desse trabalho acadêmico, conclui que não tem como dissertar o tema pessoa com deficiência, conceituando inclusão sem conceituar exclusão e um dos mais adequado foi o de Adailza Sposati, que diz:

A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em consequência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam. (SPOSATI, 2006.)

Outro conceito importante de destacar é o capacitismo, Fiona Campbell, pesquisadora e teórica do estudo da deficiência trás sua contribuição, segundo ela o capacitismo envolve crenças, práticas e processos tanto nas relações sociais quanto nas institucionais, que considera a deficiência como um estado inferior do ser humano. Apesar de ser um termo muito recente, seu significado é a forma clara de discriminação contra a pessoa com deficiência, a responsabilidade é: pensar em ações que viabilizem o acesso ao direito da pessoa com deficiência na sociedade sem promover a segregação e tampouco fechar os olhos para quem pratica, que por vezes vem fantasiado de atitudes cotidiana, mas que na verdade causa dores e consequências futuras na vida de quem é vítima da discriminação.

3.4 Participação Social

Cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira? Refere-se diretamente ao processo de democratização no Brasil, que difere de outros países, onde se observa um poder ao estado diante da ausência de uma cultura cívica (ANDRADE, 2011). Como falar em democratização sem falar em inclusão? Um dos princípios fundamentais da democracia, a participação efetiva diz que todos devem possuir oportunidades iguais e efetivas, assim expressar, de forma livre, seus pensamentos. Baseando nesse princípio é que se desenvolve o trabalho de conclusão de curso, promover o acesso PcD nos programas e serviços ofertados nos Centro de Referência da Assistência Social do município.

Segundo Dahl (2001) quando se viola um dos critérios da democracia de certa forma é uma afirmação que os sujeitos não estão sendo considerados politicamente iguais. O que reafirma a necessidade de elaboração de projetos onde todos os cidadãos estejam inseridos de forma igualitária. Tendo em vista o fortalecimento do setor público através da atuação da

sociedade civil organizada na gestão das políticas públicas, não há espaço para fragilidades no controle social, pois ela tende atender as demandas da coletividade.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e participação social: descentralização e controle social é a resposta? A participação social tem sido um instrumento cada vez mais necessário para combater o individualismo político, quando se traz a reflexão de que as decisões tomadas com a sociedade civil que não seja apenas eventualidades, mas contribua no melhor desempenho dos serviços e programas elaborados. A discussão só cresce quando se entende de que a participação social da sociedade civil é baseada nas experiências e vivências da própria comunidade que sabe na prática as reais necessidades e ou a falta delas.

3.5 Promovendo valores através da inclusão na ação social: autonomia; desenvolvimento humano; qualidade de vida; equidade; democracia; cidadania e felicidade.

Entre tantos conceitos, consideremos a autonomia a capacidade de governar seus próprios meios, pois quando se estimula a autonomia, os resultados são surpreendentes, em rodas de conversas sobre o assunto é sempre discutido e apoiado entre os profissionais o incentivo de promover a autonomia nos atendimentos interdisciplinares. (SILVA, 2019). O código de ética do assistente social afirma que: O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. (CEFESS, 1993), são um de seus princípios, que tanto serve para a prática profissional, como para o estímulo dos usuários do serviço social.

E na inclusão, a autonomia aparece como base na sua aplicação, porque, desenvolver habilidades, em um ambiente que não corrobora às suas limitações, mais do que usufruir da inclusão, é exercê-la. Atrelado a isso, vemos no desenvolvimento humano, um forte processo de inclusão social, que passeia em vários fatores: intelectual, afetivo emocional, aspecto social, hereditariedade, crescimento orgânico, maturação neurofisiológica e o meio em que se vive, cada aspecto citado, tem importância na busca de uma melhor qualidade de vida, é uma linha que vai se completando. Respeitar as diferenças e tentar amenizar as dificuldades tem sido o campo mais atuante da inclusão, garantir a uns sem ferir os direitos de outros, é conscientizar a todos o significado da palavra equidade, e numa sociedade enferma esse processo se torna bem mais complexo, mas não impossível.

A equidade, no direito, consiste na adaptação da regra existente a situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade (Barroco, Maria Lucia Silva, 2012. p. 127) Mas o que se percebe é uma luta para garantir o que já está garantido, ora se temos

representantes legais, que foram eleitos para fazer que as garantias fossem aplicadas, porque existe tanta resistência em conquistar tais condições? Marilda Yamamoto diz que; “O movimento de reprodução do capital, recria o modo básico da continuidade da organização dessa sociedade... concomitante no mesmo processo reproduz-se a contradição entre a igualdade jurídica de cidadãos livres e a desigualdades econômicas que envolvem a produção cada vez mais social “(Marilda Yamamoto, 2014)”. Enfim, acreditamos que, independentes de barreiras, o processo de inclusão social e a sua aplicação, resulta em sua totalidade, dimensões significativas ao bem-estar na sociedade, onde ela for inserida, e que através de suas ações visa solução para o conjunto de valores social e humano.

3.6 Ação, Transformação e Inclusão Social

Ações sociais são ferramentas importantes para a transformação de vidas por meio de diferentes atividades que podem ser propostas por qualquer pessoa e contribuem para a transformação e inclusão social de forma inimaginável.(Instituto ALGAR) Autor do conceito ação social, Marx Weber trás o significado com uma atitude individual, que o sujeito é o ponto de partida para a realização e interpretação da ação, sobre o pensamento de Weber vemos: “Preocupado com o problema da ação, desenvolveu o conceito de ação social significativa, tendo como ponto de partida o indivíduo” (MORAES, 2003). No processo de inclusão como ação social, aplicando a perspectiva weberiana, faz menção de que a iniciativa de as promover exprime ações com sentido subjetivo,

O modelo social está ligado a uma nova fase de políticas, denominada de inclusão. Enquanto na integração é apenas a pessoa com deficiência quem deve se adaptar para integrar a sociedade, a inclusão visa qualificar a sociedade para que possa incluir a todos. Sociedade inclusiva é aquela que se adapta e se transforma para que as necessidades e diferenças de cada um sejam respeitadas e consideradas, permitindo a igualdade de oportunidades. É principalmente a sociedade que deve evitar a exclusão. Uma sociedade inclusiva é aquela que é capaz de contemplar toda a diversidade humana e encontrar meios para que qualquer um, privilegiado ou vulnerável, possa ter acesso a ela, preparar-se para assumir papéis e contribuir para o bem comum. (HAZARD; GALVÃO FILHO; RESENDE, 2017, p.20).

Sabendo que a inclusão social só é realizada por causa das necessidades de quem precisa, o conceito seria realmente concernente a realidade atual? Weber afirma que o termo ação social será reservado a ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos se refere a conduta dos outros, orientando-se de acordo com ela. (Weber, Conceitos Básicos de Sociologia, pag. 9). Seguindo para o fato social na teoria de Emile Durkheim afirma que as pessoas agem de acordo

com o que a sociedade estabelece. Dentro da perspectiva sociológica durkheiminiana cada indivíduo tem uma função e depende dos outros para sobreviver. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional Fundepar). Pode-se assim dizer que, enquanto membros de uma sociedade, aos indivíduos são impostos valores, costumes e regras coletivas próprias dela que agem sobre eles e restringem seu modo de agir e pensar a um substrato socialmente compartilhado com os outros membros dessa sociedade (GALANTE, 2021).

3.7 O trabalho social com as famílias no fortalecimento e promoção da autonomia

É necessário conhecer as famílias e as situações que as cercam para verdadeiramente projetar ações efetivas no trabalho social, isso implica no conhecimento das relações que estruturam o processo e a dinâmica familiar, (MIOTO, 2014) e sabendo que as barreiras impostas às famílias que possuem na sua composição pessoa com deficiência é estruturalmente, uma realidade longe de ser sanada e ainda mais quando as mesmas se encontram em risco ou em vulnerabilidade social, por isso para é preciso questionar a respeito de quem são essas famílias e como elas vivem, assim analisar as estratégias que podem ser realizadas para promover ações visando a promoção social.

Na concepção da convivência do fortalecimento de vínculos a autonomia pode ser expressa pela maior capacidade dos sujeitos de compreenderem e agirem sobre si mesmos e sobre o contexto conforme objetivos democraticamente estabelecidos” (BRASIL, 2013: 12-13). Dessa forma, a resposta a essa questão é construída a partir do entrecruzamento das necessidades que uma família apresenta a partir de sua história, composição, demandas de seus membros (tanto materiais como imateriais) e dos recursos disponíveis para fazer frente a elas como renda (do trabalho, de benefícios, doações); acesso a serviços públicos (de infraestrutura, sociais, dentre outros). Nesse sentido, é importante lembrar que a autonomia da família será maior na proporção em que os direitos sociais forem garantidos.

No início do processo de proteção social no Brasil em 1919, com a criação do Primeiro seguro contra acidente, e ainda que tímido, entende-se reconhecimento da questão social no nosso país, embora ele só seja agregado, na seguridade social, com a constituição de 1988. Embora a criação de políticas sociais seja para fomentar e distribuir oportunidades para todos, observa-se um cunho de assistencialismo da classe dominante para a classe trabalhadora e que a nossa luta está diretamente ligada a defesa da promoção de uma melhor qualidade de vida digna. A partir do momento em que se aceita que as desigualdades sociais impedem a inserção da população no acesso aos seus direitos começa a admitir que as políticas sociais sejam

necessárias como uma ponte entre a grande massa e o acesso as garantias dos direitos constituídos. Num todo, é importante conceituar política públicas na área social como a implementação de iniciativas, ações e leis que são destinados a beneficiar toda uma população que enfrenta barreiras impostas por regime político que não exerce a garantia dos direitos essenciais

3.8 A Aplicação do Suas no Processo de Inclusão Social

Para se promover uma política de uma inclusão social, é necessário o conhecimento das diretrizes e princípios éticos voltadas para elaboração de planos de assistência social regido pelo SUAS, como preconiza a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 entre elas, podemos citar a defesa incondicional da dignidade da pessoa humana, da privacidade e da cidadania e a defesa da autonomia e do protagonismo do usuário. A nível institucional, antes de qualquer ação de inclusão o conhecimento do público-alvo é essencial, e na área da assistência social deve-se muito ao compromisso teórico-metodológico do profissional, apoiando-se na teria crítica, afinal, a aplicação da inclusão social não pode ser aleatória, antes de tudo ser planejado com intuito de promover a igualdade nas necessidades sociais, coletivas e individuais dos usuários.

Esclarecendo: Conhecer melhor o contexto sobre o qual você também é responsável passa a ser fundamental. (SILVA, 2019) Por exemplo, para saber se é necessário ter uma concentração de projetos e serviços voltados a pessoa com deficiência é preciso analisar a realidade e o território em que essas pessoas estão inseridas. Não se trata de escolher um determinado serviço ou projeto por exclusão dos demais. Trata-se de distribuí-los de acordo com as situações concretas vividas pelas pessoas. (SUAS, 2006). Ou seja, conhecer para fazer. Não se trata de uma simples ação, e sim de como ela vai impactar e atuar na vida dos usuários, o SUAS vem indicar o caminho ser seguido nas intervenções da assistência social, seja na área de gestão como no planejamento de planos e projetos, como também nas ações que é no caso o objeto de estudo dessa monografia, a inclusão social.

3.9 Cidadania e as Políticas Sociais

As políticas públicas são concebidas pelo estado de bem estar e que regula a sua demanda e oferta, avaliando o grau de autonomia e independência do indivíduo em relação ao mercado, é uma área ligada, preferencialmente, à ciência política e pode ser “entendida como o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação e

se elas não forem efetivas se tornará em na precariedade e força de trabalho barata, serão apenas projetos e programas de cunho capital, sem a promoção da autonomia do usuário, deixando ele cada vez mais dependente do estado, porque as políticas públicas não são elaboradas para o seu real objetivo. Então quando o estado permite que as pessoas tenham possibilidades de garantia de decidirem os caminhos que devem seguir será cada vez mais real, assim manter um nível de vida tolerável, independentemente da obrigação de participarem no mercado de trabalho ou não.

Embora a criação de políticas sociais seja para fomentar e distribuir oportunidades para todos, e segundo FARIA (1998) possui forte relação com os papéis atribuídos à tríade - Estado, mercado e sociedade civil, observa-se um cunho de assistencialismo da classe dominante para a classe trabalhadora e que a nossa luta está diretamente ligada a defesa da promoção de uma melhor qualidade de vida digna. A partir do momento em que se aceita que as desigualdades sociais, que ampliam tensões e impõe novos desafios às políticas sociais (JACCOUD, 2005, p. 9) impede a inserção da população no acesso aos seus direitos começa a admitir que as políticas sociais são necessárias como uma ponte entre a grande massa e o acesso as garantias dos direitos constituídos. Num todo, é importante conceituar política públicas na área social como a implementação de iniciativas, ações e leis que são destinados a beneficiar toda uma população que enfrenta barreiras impostas por regime político que não exerce a garantia dos direitos essenciais.

Debatemos de como a implementação de políticas públicas pode tornar-se um espaço para reprodução das desigualdades sociais, que parti de quando pensamos em políticas públicas, reconhecemos que ela é o principal instrumento para combater as desigualdades sociais como também a garantia do acesso aos direitos de todos. Já a sua implementação depende de ações estratégicas de diversos atores, a formulação, alteração ou implementação dos tipos de políticas sociais em um país, dependem muito das características do sistema político daquele país (CARVALHO, 2007) pois impactam diretamente na distribuição dos recursos públicos alterando assim o processo de desigualdades sociais, porém quando essa distribuição não contempla a sociedade num todo, temos um efeito reverso que só auxilia no aumento da vulnerabilidade social. Para combater a desigualdade social, no âmbito das políticas públicas, entre muitas ações é necessária uma maior interlocução entre os entes federados, porque a fragilidade dessas intersectoriedade reflete no aumento do desemprego, doenças, violências nos mais diferentes níveis, marginalização etc. Assim, concluo que a implementação de políticas públicas eficazes se torna um espaço para combater as desigualdades sociais.

4 PROJETO DE INTERVENÇÃO

4.1 Tema e Resumo

Fortalecimento dos Vínculos Familiar da Pessoa Com Deficiência na Perspectiva da Proteção Social do SUAS

Resumo

O presente projeto de intervenção trata-se de um conjunto de atividades com as famílias que possui na sua composição pessoa com deficiência, que em primeiro objetivo é atrair o público alvo dessa intervenção para o equipamento social, promovendo assim a inclusão sem a segregação, potencializando a autonomia dos usuários e a promoção social na perspectiva de o fortalecimento da convivência comunitária contemplada no plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência viver sem limites, tendo como pilares a autonomia, a oportunidade, a convivência e inclusão. (cartilha viver sem limites gov.br). Vindo a contribuir com o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do SUAS com a integração da PcD no CRAS, com atividades e realização de atendimento especializado objetivando fortalecer os valores promovidos pela inclusão social, com execução prevista no período de 2 meses e duas semanas em um equipamento social onde a for diagnosticado maior prevalência do público-alvo do projeto.

Palavras-chaves: Inclusão; pessoa com deficiência; valores; autonomia.

4.2 Contextualização do projeto de intervenção

O acesso da pessoa com deficiência nos programas e serviços socioassistenciais não é algo comum nos equipamentos sociais em alguns municípios, e isso desperta, no mínimo, interesse em saber quais os empecilhos para a sua participação não aconteça. Em pesquisa documental encontramos na educação, na saúde e na assistência social aparato legal para o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência nas políticas. Na educação a sala de recurso - AEE (atendimento educacional especializado) assim como institui o decreto nº 7.611/2011 no art. 2º que diz:

A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Na saúde compete a portaria nº 1.060, de 5 de junho de 2002 garantir a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do sistema único de saúde (SUS). E na assistência social a lei orgânica de assistência social 8.742/93 (LOAS) institui políticas de seguridade sociais não contributivas para garantir os mínimos sociais de cidadãos brasileiros em situação de vulnerabilidade, inclusive a pessoa com deficiência. Com enfoque na justificativa desse projeto vale destacar lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 do direito a assistência social no art. 39 que afirma:

Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.

Diante disso, foi elaborado o projeto de intervenção com o tema: fortalecimento dos vínculos comunitários da pessoa com deficiência na perspectiva da proteção social do SUAS. A intenção é atender com qualidade as famílias e os usuários PcD em qualquer faixa etária, seja qual for à deficiência, cadastrados no CADUNICO e se encontre em situação de vulnerabilidade.

4.3 Justificativa

Através da observação, no decorrer de um ano, sobre políticas públicas destinadas a pessoa com deficiência no município, foi identificado espaços específicos para atendimento especializado para a população com deficiência na área da saúde, embora muito importante os atendimentos terapêuticos e multiprofissionais para o melhor desenvolvimento cognitivo, é necessário também a interação e promoção social na perspectiva da proteção, assim como preconiza a PNAS (Política Nacional de Assistência Social):

Segurança de convívio ou vivência familiar: através de ações, cuidados e serviços que restabeçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades. (PNAS Política Nacional de Assistência Social)

Diante disso, foi pensado na implementação do serviço especializado visando o fortalecimento de vínculo da pessoa com deficiência da cidade da vitória o SESV – O tema é sugestivo no que tange ao seu objetivo principal, o serviço com enfoque nas atividades culturais

de esportes e lazer, promovendo o protagonismo, na inclusão da população adscrito na área social, no que preconiza a resolução 33/2011 CNAS no parágrafo 6 e 7 que visa a Promoção dos apoios necessários às pessoas com deficiência e suas famílias para o reconhecimento e fortalecimento de suas potencialidades e habilidades à integração ao mundo do trabalho; e Execução de programas e projetos que qualifiquem os serviços e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2011).

4.4 Objetivos

Objetivo Geral

O projeto consiste, especificamente, no fortalecimento comunitário da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social Resolução CNAS, 33/2011. Sendo assim, foi pensado em um espaço de atendimento especializado na promoção social da pessoa com deficiência podendo ser realizado no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou uma sede própria com equipe capacitada irá elaborar atividades, realizar atendimentos e encaminhamentos às políticas públicas, por meios de programas e projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, promovendo a inclusão social e comunitária compreendendo que tal iniciativa será de grande importância para a política local de inclusão social, promovendo a autonomia, o fortalecimento familiar e comunitário da pessoa com deficiência.

No âmbito da Assistência Social esse projeto de intervenção está sendo idealizado de acordo com a resolução 35/2011 da CNAS, que recomenda a elaboração de proposta de inclusão, no item da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais referente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a pessoa com deficiência, trazendo um olhar sensível no tocante às potencialidades da pessoa com deficiência, O objetivo geral consiste em atividades culturais, esporte e lazer, como preconiza o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) abrangendo todas as faixas etárias, promovendo a capacidade, autonomia e protagonismo dos atendidos. Através dessa iniciativa, esse projeto almeja despertar a conscientização da comunidade aos direitos da população adscrito, como também, ter um espaço de fala e representatividade PcD.

Objetivos Específicos

- Identificar a população PcD em situação de vulnerabilidade social;
- Atender 10 participantes de 12 aos 18 anos;
- Atender 10 participantes de 19 aos 30 anos;
- Atender 10 participante de 30 aos 40 anos;
- Realizar atendimentos com as famílias na perspectiva de promoção a garantia de direito;
- Complementar o trabalho social com as famílias, fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- Prevenir a segregação da pessoa com deficiência, assegurando a convivência familiar e comunitária;
- Realizar atividades culturais, de lazer e esportivas com a população PcD;
- Articular com a rede através de encaminhamento e acompanhamento visando à promoção do acesso aos direitos da PcD.

4.5 Atividades

O projeto poderá ser realizado no equipamento social respeitando as adequações e regras de acessibilidades e as atividades utilizarão como eixos os valores promovidos pela inclusão social, a realização de palestras formativas com os envolvidos sobre o tema do projeto incluindo capacitação para os profissionais que ficará responsável pela execução do projeto.

Serão divididos em grupos de 10 pessoas, Cada um terá um mínimo de 10 participantes por faixa etária ou intergeracionais e preferivelmente os encontros poderão ser realizados durante os períodos da manhã com duração de aproximadamente 02 horas, podendo ser menos ou mais, dependendo da atividade. A frequência será de uma vez por semana, sendo que se for pela manhã será das 8h30 às 11h e caso a tarde, será das 13h30h às 16h. É previsto seis encontros (quinzenal ou mensal) de grupos com as famílias cadastradas para o projeto.

No primeiro encontro, será promovido a autonomia em uma sessão de cinema com filme de acordo com o tema sugestivo e debate após o filme. Sugestão de filme: Cordas 2014 - O curta animado “Cordas” narra a amizade entre Maria, uma garotinha muito especial e Nicolás, seu novo colega de classe, que sofre de paralisia cerebral. A pequena, vendo algumas das impossibilidades do amigo, não desiste e faz de tudo para que ele se divirta e consiga brincar. (Blog educação integral).

No Segundo encontro será realizado uma atividade visando promover o desenvolvimento Humano, consiste em contar, cantar e fazer leituras de contos e músicas infantis. Sugestão de livro: Tudo bem ser diferente - Editora Panda Books; 2ª edição (19 novembro 2002).

Terceiro encontro: qualidade de vida – Hora de comer, produzir um prato com receita de uma comida saudável e de fácil aceitação. Sugestão de receita; Bolo saudável de banana. No quarto e quinto encontro a atividade será rodas de conversa, com o palestrante especialmente convidado e criar debate sobre o tema democracia e cidadania, respectivamente. E no sexto encontro, no objetivo de fechar o ciclo e promovendo a felicidade, Confraternização, proporcionando um momento como todos os envolvidos.

4.6 Metodologia

O Projeto de intervenção foi gerado no final da graduação mediante a experiência de estágio I e II na Associação de Amparo Materno Infantil, apenas um rascunho que foi retirado da gaveta para servir como item dos critérios estabelecidos na inscrição da pós-graduação em gestão de políticas sociais. Na elaboração do trabalho de conclusão de curso, e diante das orientações, foi elaborada uma redação descritiva e consultas as aulas para reativar as memórias e assim descrevê-la no capítulo Memorial. No conceitual foi necessário realizar pesquisa documental, bibliográfica, leitura de artigos e leis vigentes para subsidiar as citações dos autores referenciados e como também analisar os cadernos de orientações do Sistema único de Assistência Social, em continuidade a utilização do método de observação de um projeto em outro município, sem a realização de visita técnica.

4.7 Cronograma de Atividades

	2024								
	SEMANAS								
ACÇÕES	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a
Apresentação do Projeto	X								
Busca Ativa dos Usuários		X							
Qualificação com a equipe que irá trabalhar no projeto		X							
Implementação do projeto			X						
1º encontro				X					
2º encontro					X				
3º encontro						X			
4º encontro							X		
5º encontro								X	
6º encontro									X
Avaliação									X

4.8 Resultados Esperados

Com a implantação desse projeto espera-se inicialmente proporcionar uma melhor qualidade de vida aos usuários, garantir e divulgar os direitos da PcD através de ações e intervenções realizadas pela unidade (SESV Serviço Especializado da Vitória). Identificar e intervir nas questões sociais enfrentadas pela família que possui PcD em sua composição.

Espera-se que o projeto desperte nos usuários e nos seus familiares o quão é importante a participação de todos nos serviços e programas socioassistenciais e que os equipamentos sociais podem e devem promover condições para a superação das dificuldades impostas, ou não, pela sociedade, a saber que a Proteção Social é o conjunto de ações, ofertados pelo SUAS, para redução e prevenção do impacto das questões sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família. (BRASIL. NOB, 2005, p.16).

Que a partir de iniciativas como essa traga a conscientização de que a inclusão da pessoa com deficiência nas atividades sociais e culturais em uma comunidade é um direito garantido

em lei, como preconiza em suas diretrizes Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. No mais, considera-se ainda que resulte na necessidade de capacitar/habilitar os profissionais (oficineiros, orientadores sociais etc.) Para o trabalho com a população adscrito.

4.9 Avaliação

Considerando as estratégias metodológicas de avaliação, a qualitativa é a mais indicada para esse tipo de projeto (Capucha, et al.,1996)., pois o que se espera não é qualificar se os objetivos foram alcançados, mas se devem ser aprimorados. Neste contexto, o modo de avaliação interna contará com o conhecimento prévio, dos atores responsáveis pela execução, acerca dos contextos do projeto de intervenção sendo um dos pontos a favor no êxito do processo avaliativo. Para efetivar, as pessoas responsáveis pelo projeto, durante a execução do mesmo, irão elaborar um instrumental de anotações diárias, como um diário de atendimento, realizando as observações como também coletando opiniões dos próprios usuários para subsidiar o relatório avaliativo, que serão inclusos os pontos negativos e os pontos positivos.

CONCLUSÃO

Em resumo, o trabalho iniciou com memórias acadêmica e pessoal de uma mera dona de casa que tinha um sonho e conseguiu em vista de muito esforço e determinação, percorrer seu caminho. No decorrer da escrita os momentos mais impactantes da minha trajetória eram trazidos a memória, e por várias vezes, escrito e depois apagado, por achar que ficaria fora de contexto. Lembro-me que escrever memórias era uma prática de uma professora chamada Meure, na antiga terceira série, atualmente 3º ano do ensino fundamental 1, e naquele tempo escrevíamos sobre petecas e comidinhas feitas de areia (risos), depois quase 4 décadas me encontro reproduzindo a atividade, outrora simples, e hoje bem complexo e com muita cautela no que escrever ou não. O desafio é, falar de si mesma, porque quem falar de si jamais enxergará defeitos, embora reconheça que os possua. Isso é estimulante, descrever em poucas de linhas o resumo da própria vida, e nesse período observar o quanto já conquistou e o quanto tem a conquistar.

Com a Especialização em gestão de políticas públicas, vieram também grandes desafios, entre eles; a memória como colocá-las no papel? Expressar em letras uma trajetória e fazer com que o leitor capture toda emoção e orgulho que trago comigo em algumas laudas, confesso que não foi uma tarefa fácil, não pra mim. Não me atrelei a detalhes e procurei ser bem sucinta no relato, e nele consta momentos que foram marcantes na minha trajetória pessoal, acadêmica

e profissional, trazendo a reflexão observo o quanto foi difícil superar obstáculos, sair da zona de conforto e romper tradições para realizar um desejo de adolescente que foi pausado pela beleza de ser mãe que exigiu minha presença exclusivamente junto a elas por certo tempo, vejo que, ingressar na graduação após os 30 anos, foi no tempo certo, e o resultado é a pessoa que sou hoje, a profissional que sou hoje, e que sinto muito orgulho disso. O trabalho de conclusão de curso traz também um conceitual bem plural, pois alguns trechos foram reproduzidos dos ensinamentos e textos indicados pelos professores da especialização, e correlacionar com o tema do Projeto de Intervenção foi um desafio à parte, mas algo instigante de realizar. Promover o protagonismo é fazer com que a pessoa tenha uma legítima participação social, em todos os âmbitos, inclusive na sociedade em que está inserido. No decorrer da especialização existiu uma pergunta constante, o porquê do tema escolhido? Posso dizer que houve uma motivação específica e porque não dizer que o impacto causado no período de estágio supervisionado realizado na APAMI, observando as barreiras imposta a essa população e o quanto as famílias lutam para ter direito ao direito, acendeu a ideia de promover, no âmbito do SUAS, o protagonismo da população adscrito, ressignificando assim uma vida de luta.

Referente ao projeto de intervenção, é sobre ofertar o Serviço de Proteção Social promovendo oportunidades à PcD e à sua família, mediante a percepção da ausência da população descrita nos serviços e programa socioassistenciais, utilizando acolhida, escuta informação, orientação e oferta de cuidados cotidianos, além de apoiar suas famílias no exercício da função protetiva, fortalecendo as redes comunitárias e contribuir no desenvolvimento das ações já implantadas nos equipamentos sociais do município. Os métodos utilizados foram pesquisa documental, conceitual relacionado as aulas ministradas no decorrer do curso de especialização, observação técnica. Através da aplicação do método de observação, é interessante citar que uma prática exitosa no município do interior do Estado foi motivacional para a elaboração do projeto. A partir dos resultados podemos concluir que essa monografia irá contribuir na informação e que foi baseado na realidade sobre projetos de inclusão da pessoa com deficiência no município de Vitória de Santo Antão, e relatar a importância de promover a inserção da família, tanto no contexto de sociedade, mas também como parte do atendimento prestado, garantindo a integração dos que frequentam instituições voltadas ao bem-estar de seus usuários.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. **Cadernos Abess**, São Paulo, n. 7, 1997.

AMATO, Luciano (org.). **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books Internacional, 2002.

ANDRADE, Daniela Meireles. Cidadania ou "estadania" na gestão pública: fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, 2006, p. 16-19.

APAMI - Associação de Amparo Materno Infantil Vitória de Santo Antão (Hospital Geral de Referência para Pessoas com Transtorno Mental Decorrentes do Uso de Álcool, Crack e Outras Drogas).

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ASSIS, MMA; VILLA, TCS. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Rev Latino-am Enfermagem**, 11(3), maio-junho, 2003, p. 376-82.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS nº 7**. São Paulo: Cortez Editora, [s.d.].

BARROCO, M. L. S.; HELENA, T. S. **Código de ética do(a) assistente social comentado**. [s.l.] Bookwire Brasil: Cortez Editora, 2014.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 1, 2008.

BRASIL. Capacita Suas. Volume 1 (2008) **Suas: configurando os eixos de mudança**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2008. 136 p.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 10.216/2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. [s.l.: s.n.].

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93** de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 33**, de 12 de dezembro de 2011. Define o reordenamento dos serviços de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade social e institui a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 34**, de 6 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização de pessoas com deficiência e sua inclusão na rede socioassistencial. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 35**, de 6 de dezembro de 2011. Dispõe sobre os parâmetros para o funcionamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 15**, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social. [s.l: s.n.].

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10216.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 26 de set. de 2013.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004 - Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF - O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2012. v. 1.

CAPUCHA, Luís et al. Metodologias de Avaliação: o estado da arte em Portugal. In: **Sociologia Problemas e Práticas - Metodologias de Avaliação**. [s.l.] ISCTE, Lisboa, v. 22, 1996.

DRAIBE, Sônia. Estado De Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico E Cidadania: Algumas Lições Da Literatura Contemporânea. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, p. 55-66, fev. 2003.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-estar Social. In: **Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 46, 1998, p. 39-71.

GALANTE, Livia Cardoso. **Sociologia de Durkheim e o Fato Social**: reflexões teóricas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAZARD, Damian; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; RESENDE, André Luiz Andrade. **Inclusão Digital E Social De Pessoas Com Deficiência**: Textos De Referência Para Monitores De Tele Centros. Brasília: UNESCO, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social Em Tempo De Capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Redistribuição no Brasil no século XXI. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1 (44), abr. 2012, p. 199-220.

MARQUES, Douglas; EVERTON, Everton. Descentralização e controle social é a resposta? In: Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Pública, 2018, Brasília. **Anais eletrônicos do CBGP**. Brasília: ENAP, 2018. p. 1-10. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3374/1/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20controle%20social%20%C3%A9%20a%20resposta.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MARSHALL, T. **Cidadania e classe social**: leituras sobre cidadania. Senado Federal, 2002.

MATTA, Gustavo Corrêa; ESTADO, Juarez Oliveira. **Estado, sociedade e formação profissional em saúde**: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Editora FIOCRUZ, 2008.

MEDEIROS, José da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **Transinformação**, v. 25, n. 1, 2013, p. 27–33.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. ([s.d.]).

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, n. 1, p. 22–48, 2009.

OLIVEIRA, S. A. C. de. O planejamento estratégico como ferramenta na política de assistência social no município de Ouro Preto/MG. **Humanidades em Perspectivas**, [S.l.], v. 2, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/64>. Acesso em: 26 abr. 2023.

POLITIZE!. **Capacitismo e os desafios das pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/capacitismo-e-os-desafios-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 22 de abril de 2023.

ROSSINI, N.; ROTTA, E.; BORKOVSKI, A. Políticas públicas sociais e desenvolvimento: tecendo relações. In: ROTTA, E.; LAGO, I.C.; JUSTEN, A.F.; SANTOS, M. (eds.)

Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira – Rede CIDIR: 10 anos [online]. Chapecó, SC: Editora UFFS, 2019, pp.

SEED - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Contribuições de Émile Durkheim** - Disciplina - Sociologia. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Disciplina/Sociologia/Contribuicoes-de-Emile-Durkheim>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SILVA, Maria Aparecida da. **Núcleo de assistência multidisciplinar ao neurodesenvolvimento infantil:** um relato sobre a inclusão social no município de Vitória de Santo Antão/ Maria Aparecida da Silva, 2019 38 f: 30 cm

SPOSATI, A. **Um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, A. **Programa de estudos de pós-graduados em serviço social. 86 pg.** [s.l: s.n.].

SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v.58, n.4, p. 4-5, Dec. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2023.

TEIXEIRA Solange Maria. **A Família na Política de Assistência Social:** concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina – PI. Teresina: EDUFPI, 2013, 218 p.

TELLES, V. da S. Pobreza e cidadania - Dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 6, n. 19, 2007. DOI: 10.9771/ccrh.v6i19.18793. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18793>. Acesso em: 28 abr. 2023.

TERRA, Sylvia. Código de Ética do Assistente Social. Comentários a partir de uma perspectiva jurídico-normativa. In: BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia.** São Paulo: Editora Moraes, 1989.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de Políticas Públicas:** gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.

YAZBEK, Carmelita. “Estado, políticas sociais e implementação do SUAS”. In: **Caderno SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças.** Brasília: MDS, 2008. v. 1, p. 79 a 125.

ZIONI, Fabíola; SANTOS, Rodrigo. **Exclusão Social: noção ou conceito?** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 68, p. 88-108, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282001000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr. 2023.